

Padres Estrangeiros no Real Colégio da Bahia

Foreign Priests at the Bahia Royal School

Juarez Donizete Ambires

Centro Universitário Fundação Santo André

RESUMO: O artigo focaliza a presença de padres estrangeiros no Colégio dos jesuítas da Bahia, em fins do século XVII. Entre eles, destacam-se italianos e, entre estes, Andreoni, personagem das mais importantes nos bastidores da Companhia de Jesus, na América Portuguesa. Seu confronto com Vieira o notabilizará e, graças à sua ação e à de seu grupo, no apoio que deram aos paulistas em uma solicitação, o ideal missionário é questionado.

PALAVRAS-CHAVE: Italianos; Andreoni; Paulistas; Empresa Missionária.

ABSTRACT: This article focuses on the presence of foreign priests at the Jesuits School in Bahia, in the late XVIIth century. Among them, the italians stand out, and, among these, Andreoni, one of the most important characters in the Jesus Company, in the Portuguese America. His position against Vieira will bring the attention to him, and, due to his action and the action of his group, regarding the support they gave to the *paulistas* in a request, the missionary ideal is put to question.

KEYWORDS: Italians; Andreoni; *Paulistas*; Missionary Enterprise.

A presença de jesuítas estrangeiros, suas atividades (ao menos algumas delas) e acontecimentos que os envolvem, no Colégio da Bahia, são ocorrências que despertaram nosso interesse, em meio à pesquisa mais extensa já realizada¹, e a circunstância do presente artigo nos permite voltar ao assunto.

Para melhor o precisar, efetuamos um recorte que nos prende à cronologia das duas últimas décadas do século XVII, e primeiros anos do seguinte, e nos aplicamos à observação mais detida de jesuítas italianos que muito marcaram a história da Companhia no mesmo período.

Para tal, a fonte que é Serafim Leite (S.J.)² muito contribuiu e a consulta, em paralelo, a duas cartas da autoria de um destes estrangeiros aclarou fatos. Os resultados que se articularam a partir de então se encontram expressos nas partes que seguem.

I

Pensar em padres estrangeiros prestadores de serviços à Companhia e a Portugal somente em fins do século XVII seria equivocar-se. Os estrangeiros vinculados à freguesia portuguesa são vários e nesta relação fazem-se presentes desde os primeiros tempos da Ordem ou, noutros termos, desde o governo de D. João III.

Quando se trata da América Portuguesa, também estão ligados a ela desde quase sua hora primeira, cabendo a Tomé de Souza – o iniciador dos governos gerais – e a outras autoridades sua inclusão na leva inaugural de jesuítas para a colônia americana. É, para o que nos consta, um exemplo do fato, o caso de Anchieta que, de origem, é um ilhéu espanhol (Tenerife, nas ilhas Canárias), mas que, como se sabe, missionou no Brasil.

Esta também será a circunstância de diversos outros, entre eles italianos que, em fins do século XVII, estarão no Brasil e, no Colégio da Bahia, vão efetuar uma contestação do projeto missionário, como fato a representar a principal atividade e razão de ser da Companhia em terras da América Portuguesa.

Remetemo-nos, nesta circunstância, particularmente a João Antônio Andreoni – o Antonil do livro *Cultura e Opulência* - e a

Jorge Benci, ambos jesuítas que se destacam, porque, no desenvolvimento da ação descrita, vão encontrar a rivalidade de um grupo de oposição, encabeçado por ninguém menos que Antônio Vieira, inaciano que goza de grande prestígio à época junto a autoridades maiores da Companhia e do reino. Por isto, a necessidade de respaldo leva-os a se associarem a outros jesuítas, constituindo, na leitura de Serafim Leite e outros, um grupo que receberá várias designações.

Entre elas, estarão a de *anti-vieirista* (Bosi, 1992: 157), a de *alexandrista* (Azevedo, 1928: 671-673), devido ao pré-nome de um dos componentes, Alexandre³, e, por fim, a de *grupo dos estrangeiros* (Ambires, 2000: 114), tratamento que nasce do fato de a maioria de seus membros ser de procedência não portuguesa ou de procedência *estranha* a Portugal, *estranha* à situação de metrópole.

O fato será alegado por Antônio Vieira ou mesmo por vieiristas, para justificar a adversidade dos estrangeiros às práticas missionárias celebradas por um histórico, e também o seu grau de natural exclusão, porque, sendo de outras ascendências, estariam já no nascimento impossibilitados de entender o lastro que o português carrega desde sua origem.

A missão que é divina e vem de Ourique será a de alastrar a cristandade⁴, ocorrência fortalecida em sua intenção com os descobrimentos que, a partir do século XV, cabem aos portugueses.

Nesse sentido, ainda estariam os jesuítas de Portugal mais ligados aos preceitos lançados por Loyola – o fundador da Companhia – quanto à importância da atividade missionária (Viotti, s.d.: 190), novo fato a justificar a aludida condição de *excluído*, que acompanha o estrangeiro no ramo da Ordem vinculado à freguesia de Portugal.

A mesma circunstância também levará ao desenvolvimento de um outro preceito que é o de que estrangeiros – padres não portugueses – não estariam aptos a ocupar cargos de regência nas atividades da Companhia, nos espaços coloniais lusos.

Ao fim do século XVII, porém, esta ordem de fatores está passando por uma transformação, e isto graças à presença do mencionado grupo de padres estrangeiros e ao destaque que um deles paulatinamente alcança, com sua ascensão nos cargos da hierarquia da Ordem, no Estado do Brasil.

Referimo-nos aqui mais uma vez a Andreoni (1649-1716) (Bosi, 1992: 151), jesuíta que chega à colônia em 1681 e, curiosamente, na função de secretário de Vieira (à época já famoso orador), que está voltando à Bahia com a desculpa oficial de organizar seus sermões para publicação (Azevedo, 1992: 182).

Na empresa, iria ajudá-lo o mesmo Andreoni, que da Itália viera, ao que tudo indica, sob a proteção do prestigiado sermonista, fato que fora o aval deste para a entrada daquele no mundo da Ordem, na freguesia de Portugal (Bosi, 1992: 151). Pareceres seus, porém, contrários a muitas das crenças de Vieira, levam-nos a cindir um com o outro (Bosi, 1992: 151) e das causas deste estremecimento trataremos abaixo.

II

O abalo nas relações entre Andreoni e Vieira teria origem, acreditamos, no apoio que o jesuíta italiano deu a uma reivindicação de certa parte do colonato do Estado do Brasil. A acolhida muito indignou Vieira, pois o pedido era oposição frontal a um de seus pareceres que expressava venerado teor: a razão de ser da Companhia estava na empresa missionária.

Devido a tal, na Bahia, a intenção do estadista retornado era, à altura – década de oitenta do século XVII –, revigorar a adesão dos membros da Ordem ao projeto missionário, e a solicitação apoiada por Andreoni (e outros) punha-se, em sua essência, como prática contrária ao desejo de Vieira.

Colonos ou, mais propriamente, paulistas (ao menos os mais mercantilizados) estavam solicitando a administração direta da mão-de-obra índia em seu poder, à moda do que se dava na *encomienda* espanhola. O fato, em sua projeção, alarmou o sermonista e outros adeptos da empresa missionária e os ânimos se acirraram.

Em meio a esta circunstância, o orador passa a enxergar o

ideal catequético como abalado e teme o fato. Seu retorno ao Brasil passou, então, a se expressar em investidas e intervenções para a revitalização das essências missionárias no querer de todos os seus irmãos de Ordem na colônia radicados. A oposição de Andreoni, corporificada no apoio à requisição paulista, para Vieira não se justificava.

Ainda na metrópole, o mesmo Vieira investira em seus planos, pouco antes do embarque. A lei de libertação do índio de 1680 (“Regimento de 1.º de Abril de 1680 e Leis Anexas”) fora resultado de empenho seu⁵.

Apesar de seus muitos interesses, no Vieira do episódio ainda ecoavam os tempos de Maranhão e Grão-Pará (Pires, 1997: 25-32). A alternativa do retorno foi oportunidade de reencontro com uma prática que lhe falava aos sentimentos e vontades.

Para agravamento dos fatos, Andreoni em seu procedimento não era atitude isolada. No gesto do estrangeiro, expressava-se a falta de coesão nos interesses da Companhia na América Portuguesa. O italiano e seu grupo eram o novo em sintonia de afirmação.

III

De seu grupo Andreoni parece haver sido a figura central. De seu nome, contudo, não deriva o termo que designará a todos os integrantes. Como já apontamos, de Alexandre (de Gusmão) é que virá a designação e isto por razões de lógica interna. Gusmão (1629-1724) por duas vezes foi Provincial da Ordem no período em destaque e, em posição privilegiada, protegeu o grupo a que aderiu, apesar de português. Em ambas as ocasiões, valeu-se de sócios (como se dizia à época) ou secretários estrangeiros. Jorge Benci (1650-1708) o atendeu nos anos oitenta; Andreoni, mais à frente, na década seguinte.

A estes mesmos estrangeiros, ele concedeu o poder de firmar acordos com os paulistas no caso já citado. Deste modo, Benci abre o processo de articulação para o sucesso do solicitante e Andreoni o sela, com a concessão da vitória que se outorgou por cartas régias. Destes padres estrangeiros, cabe ainda dizer que

ambos estiveram em São Paulo e precederam no gesto o Provincial. Não foram, contudo, os únicos jesuítas de fora a assim agir.

Do mesmo grupo a que pertenceram também fez parte um outro estrangeiro que se destacou na contenda e que é personagem interessantíssima: esteve na Capitania meridional com Benci para as primeiras negociações e escreveu documento em defesa do paulista, dando-lhe a aptidão e o direito de administrador. Remetemo-nos, no caso, a Jacob Roland (1638-1684), jesuíta flamengo que, antes de Andreoni e Benci, chegara à Bahia e, nos sertões da mesma Capitania, desenvolvera trabalho missionário de importância, vindo depois (fins da década de setenta do século em questão) a dele se desvincular, por razões que o arrazoado histórico de Serafim Leite, em nossa opinião, amesquinhou.

Em relação aos dois italianos, Roland constitui-se, então, por suas supostas novas idéias, num predecessor e o seu *Apologia pro paulistis* é representação escrita das mais expressivas quanto ao que foi a articulação do piratiningano para obter o pretendido. Também será representação da ruptura entre os membros de sua Ordem quanto ao tema “administração direta do índio”, tendo sempre por contrapartida o da “revitalização do projeto missionário”, bandeira dos vieiristas.

Com os demais membros do grupo ao qual Serafim Leite o agrega, Roland manterá contato até 1684, ano em que é transferido para São Tomé, em acerto que julgamos duvidoso, pois soa-nos mais como espécie de repreensão por sua animosidade com os partidários de Vieira. Os demais, estes continuam no Brasil até o final da contenda, com a vitória paulista, e aqui ultrapassam a cronologia do fato, como são os casos dos já citados Benci e Andreoni, como também Gusmão e Domingos Ramos, outro jesuíta português que adere ao grupo de ações referenciadas e será autor de outra *Apologia* que, acreditamos, seja à moda da de Roland, produzida, contudo, dez anos após a do flamengo (1694).

É preciso, ainda e entretanto, que se diga que o rompimento

com o projeto missionário foi ação também de outros. Muitos destes, porém, não se associaram publicamente ao grupo e, na extensão, à contenda e à polêmica com Vieira e seus companheiros. Em suas ações cotidianas, furtaram-se ao explícito da adesão, mas, com suas práticas, anteciparam aspectos da contenda ou, noutros termos, de modo dissimulado abalaram a suposta hegemonia do projeto missionário. A Companhia, na segunda metade do século XVII, teve, no Estado do Brasil, alguns inicianos que assim agiram.

O gosto pela moradia nos colégios e suas supostas comodidades, a permanência nos meios urbanos incipientes (mas de segurança já estabelecida) foram fatores que os atraíram e aos quais se ligaram (Hoornaert, 1992: 51). Neste caso, Gusmão, Benci e Andreoni já são caudatários, herdeiros, e o projeto do primeiro de construção de um colégio para a educação da elite da terra nada mais é, em nossa interpretação, que reflexos de fatos consistentes desta influência⁶.

Assim, se com alguma validade nosso raciocínio, o antecipador do grupo de Andreoni seria, por exemplo, um Simão de Vasconcelos (1596-1671). Ele, a princípio, sem negar as benemerências do trabalho missionário e, em certas ocasiões, tendo se posicionado contrário às agressões que este sofreu em algumas geografias (Hoornaert, 1992: 51), paulatinamente desvinculou-se dele.

Noutros termos, Vasconcelos perdeu o élan missionário que, segundo o Vieira Visitador (o de entre 1688 e 1691), exige o afastar-se das comodidades das vilas e colégios e o embrenhar-se (o buscar as brenhas, como o próprio nome indica), o ir para o sertão e, lá, promover descimentos e estabelecer as aldeias na modelagem jesuítico-cristã, trabalho mais digno e nobre que qualquer outro⁷. Deste modo, neste Vasconcelos (e, no caso, mesmo em Gusmão), há o testemunho de uma polêmica que antecipa e, por conseguinte, aclara a contenda da qual faz parte, em fins do XVII, Andreoni e Benci.

Antes, entretanto, da chegada destes estrangeiros, já circulava

no meio jesuítico a indagação sobre o lugar no qual deveria ocorrer a catequese. Buscava-se, com isto, saber se o destino do índio era o litoral – o espaço dos colégios e vilas mais desenvolvidas – ou se o próprio sertão. Ante o fato, partidários de ambas as geografias para a catequese surgem, e Jacob Roland - jesuíta já citado e do grupo dos estrangeiros - é um dos que lançam esta questão crucial para o projeto missionário, em nossa leitura já cindido⁸.

Ao que tudo indica, Vasconcelos opta pela ida do índio ao litoral, a esta altura já quase desabitado de seus povos originais. No contraponto de sua atitude, entretanto, vai o histórico da ligação entre índios e colonos, aspecto de grande polêmica.

A proximidade dos aldeamentos sempre levou o colonizador a reivindicar a força de trabalho índia para si (Hoornaert, 1992: 62), procedimento que, desde o século anterior, vinha causando o esfacelamento da ação missionária, das aldeias com o seu despovoamento (Hoornaert, 1992: 62).

Roland, por sua vez, nem quer, no caso paulista, a intermediação do aldeamento sob administração jesuíta. Na lógica que se estabeleceu depois de dado momento de sua vida, a ação deve ser desenvolvida diretamente pelo colonizador, opção que também será a dos padres italianos referidos.

Em movimento simultâneo a estes posicionamentos, vem o de uma outra ala inaciana que Vieira bem conhece e de cujos ideais participa, cujos ideais representa, mesmo quando distante. Será o grupo no qual pontificam, entre os séculos XVI e XVII, alguns nomes como Fernão Cardin (1549-1625), Luís Figueira (1575-1643), Antônio Oliveira (1627-1686), todos partidários da missão, mas acontecendo esta o mais distante possível das vilas e propriedades agrícolas. Sua melhor situação seria, em hipótese, a rota dos grandes rios do interior da colônia (Hoornaert, 1992: 72), para a comunicação rápida entre os espaços de aldeamento e a prestação de mútuo socorro, em caso de incursões de bandeirantes.

A este grupo também pertence a idéia das missões como

linha de fronteira, como geografia de difícil acesso, como espaço de vivência de um utopia cristã (Pompa, 2002:83-95). Vieira é partidário desta visão. Será, na expressão de Serafim Leite, o seu último grande defensor, no seio da Ordem que, com sua morte (a dele, Vieira), encerra o ciclo dos trabalhos heróicos (Leite, 1945: 345).

No contraponto que se cria, Andreoni, Benci e outros são os antípodas. Alfredo Bosi o mesmo afirma. Em seus termos, explicita que, com o passamento de Vieira, a presença de escravos índios nos colégios da Companhia passa a ser constatada, e por feito escravizador cuja origem atribui a Andreoni, ainda em sua expressão passionária, o anti-Vieira (Bosi, 1992: 157).

IV

A morte de Vieira em 1697 (18 de julho) não aplaca, em verdade, o mal-estar entre as alas inacianas conflitantes. Há, contudo, autores que insistem no inverso. Por serem da Companhia, entretanto, deles duvidamos.

Em suas expressões, passa a haver um entendimento entre as partes pouco antes do falecimento do sermônista, e Francisco Rodrigues é um dos que defendem essa perspectiva (Rodrigues, 1992: 81-115). Ele apresenta, porém, como referência para tal, cartas de Vieira, pertencentes, cremos, ao Arquivo dos Jesuítas, em Roma, fonte interdita à maioria dos pesquisadores, mesmo obviamente (supomos) a João Lúcio de Azevedo que, nas décadas iniciais do século passado, organizou e publicou a correspondência ativa do jesuíta.

O acerto aludido é então, para nós, algo jesuiticamente organizado e, não sem razão, por um historiador da Ordem que, tal como Serafim Leite, organizou uma história da Companhia de Jesus, só que da freguesia de Portugal, buscando dar ares de fraternidade à convivência entre os seus irmãos religiosos, no passado, ao menos após o primeiro nível da contenda, aquele em que figura o paulista.

Referências diversas, no entanto, mais que sugerem o inverso. Novamente recorremos, para exemplo, a Alfredo Bosi, que afirma ser da responsabilidade de Andreoni o extravio da *Clavis prophetarum*⁹ (obra inacabada, mas central da expressão messiânica de Vieira), que, sob encargo do italiano para remessa a Portugal como parte do espólio do orador falecido, desviou-se (Bosi, 1992: 155), permanecendo desaparecida por mais de dois séculos. Ainda para exemplificação, podemos recorrer à pesquisa de Laura de Melo e Souza, que nos conta da perseguição, em fins do século XVII, no Colégio da Bahia, a padres que partilhavam de crenças messiânicas (Souza, 2000: 100), das quais Vieira fora grande divulgador em vida.

Ligado igualmente a esta perseguição está Andreoni – por agora (1698), Reitor¹⁰ –, que, por sua vez, põe-se a reclamar das pressões pelas quais passa, alegando também perseguição a si e a outros estrangeiros – não por acaso, parece-nos, todos italianos e parceiros na oposição a Vieira e ao que ele representa, mesmo após sua morte.

Neste contexto, a correspondência ativa de Andreoni (Leite, 1993: 225) surge como matéria para pesquisa e a recorrência a duas de suas cartas ao Geral da Ordem muito, no caso, explícita. Elas relacionam diversos fatos que pedem exposição. Interligados, eles aclaram certa circunstância e também ensinam que nenhum acontecimento é unilateral nos bastidores baianos da Companhia de Jesus, naquele momento histórico. 16 de julho de 1692 e 15 de junho de 1700 são as datas das epístolas a que aludimos, cartas que se enquadram na categoria daquelas que tratam de “assuntos internos” da Companhia, o que as difere das de “edificação” (ou “mostráveis a pessoas de fora”¹¹) e que se endereçam a Tirso González, que dirige a Ordem após a morte de Paolo Oliva.

Seu governo abarca o final do século XVII e o início do seguinte (1687-1705) e foi, ao que tudo indica, jesuíta envolvido com as práticas missionárias, antes de aportar a Roma, e um admirador de Vieira¹². O que explicaria, então, a nosso ver, a alegada animosidade de que Andreoni

se diz vítima, tal como outros jesuítas italianos, no Real Colégio da Bahia, dos quais ele é, em seus escritos, porta-voz. Nesta circunstância, a averiguação direta das cartas referidas é, por agora, o que se busca.

V

As cartas anteriormente referidas pertencem, como se viu, a datas distintas e estão ligadas entre si, mantendo cada uma delas, contudo, suas peculiaridades. Por exemplo, em seus desenvolvimentos, a presença de Andreoni – o autor – varia e isto apareceu-nos como aspecto de importância nas distinções.

Na primeira delas, a de 16 de julho de 1692, o autor faz de si o centro de suas preocupações, é a personagem central, e os assuntos que aborda – todos correlacionados à sua pessoa – permitem-nos um retrospecto sobre, em verdade, tudo o que já abordamos. Cabe, contudo, dizer que a mensagem integral da carta, esta não nos chegou. Alguns de seus trechos – pequenos, felizmente – estão incompletos. Não há, entretanto, ausência comprometida de sentido em nenhum de seus parágrafos¹³.

Serafim Leite, na biografia que apresenta do autor da carta e no arrolamento que faz de suas obras e produção epistolar, classifica o escrito sob a letra “j”, indicando-lhe a referência no arquivo romano: *Bras.* 3(2), 309-312v (Leite 1949: 45-54). Da carta, ainda diz que seu autor – de nome completo João Antônio Andreoni – a escreveu quando era Mestre de Noviços e Secretário do Provincial ou, como se diz à época, Sócio.

O fato remete-nos ao assunto central da epístola, cuja apreciação, na ordem dos fatos que o escrito agrega, pede que afirmemos se tratar de resposta a missiva que anteriormente o mesmo Andreoni recebera, vindo esta da parte do Geral e datada de 6 de janeiro de 1691. Na que agora, então, é resposta, o aspecto se explicita e, em sequência, na continuidade de sua mensagem a Tirso, o missivista (que no original se expressara em Latim) remete o receptor às agruras pelas quais passou, para chegar ao cargo de Sócio do Provincial.

Ele, por isto, nos lembra o ferrenho da oposição do grupo encabeçado por Vieira, que alega o tempo todo questões de nacionalidade (o assunto central da epístola), das quais, devido a serviços prestados, Andreoni considera-se digno. Ainda como defesa perante esta oposição, que se dá por espírito infenso a que estrangeiros ocupem cargos de importância na hierarquia da Ordem na freguesia portuguesa, o jesuíta italiano lembrará que, em passado recente, outro estrangeiro desempenhou a mesma função, referindo-se a Jorge Benci.

Quanto a Andreoni, contudo, a situação se agrava, porque é visado diretamente por Vieira, que com ele anda em atrito desde os tempos em que Vieira foi Visitador. Sabe o italiano, e afirma, que a causa de tudo foram os desentendimentos nas questões dos índios, mas alega em sua defesa a injustiça da difamação de sua pessoa pelos colégios da Ordem, trabalho efetuado pelo P.^c Francisco de Matos, um leva-e-traz de Vieira.

Para maiores esclarecimentos, Andreoni ainda exalta seus pendores para a missão, mencionando o seu pedido, em momento anterior, para ser encaminhado às áreas de tais trabalhos, como é o caso daquelas do São Francisco. Na impossibilidade, houve também o seu oferecimento para a ida aos Angolanos de Palmares, “tão necessitados de catequese e perpetuidade na conversão”. Entretanto, nada se estruturou encaminhando-o para qualquer das empresas.

O fato, contudo, e sempre no dizer de Andreoni, não o poderia pôr à mercê dos humores do conhecido sermonista que, em seu passionalismo, trata o jesuíta estrangeiro como “o primeiro dos faccionários”, expressão usada pelo italiano e que nos remete, em nossa suposição, ao apoio dos alexandristas (entre eles mormente Antonil) à solicitação de Piratininga que, à altura da carta em destaque, ainda está em julgamento.

Andreoni manifesta-se ainda, em novo desabafo, chocado com tamanha incúria no coração da Companhia que é, segundo o mesmo, uma sociedade de amor. Na seqüência dos informes,

o autor novamente observa que, para Vieira, tudo o que é da Província deve ser entre a Província e os padres lusitanos. Para os cargos, até mesmo os brasílicos¹⁴ devem ser evitados.

No tom que se acentua, passa a ecoar algo mais que o desabafo: “se, por acaso, dois ou três italianos se encontram comigo às vezes, num tempo de lazer, quando vêm das aldeias para a Bahia, já estamos fazendo reuniões”. A causa disto é, para Andreoni, “a doença da nacionalidade nesta Província verdadeiramente suspeitosa”.

No encerramento desta apreciação, convém ainda dizer que, quanto ao tema que se faz central na abordagem do autor, a carta neste episódio destacada não é a única a dele tratar. Em outras circunstâncias e ao mesmo Geral, o Andreoni missivista sobre a mesma polêmica escreverá¹⁵.

Cabe também destacar que a imagem do Andreoni missionário não nos ficou, mesmo que da parte do jesuíta tenha havido algum esforço para divulgá-la. Vieiristas tardios, como é o caso de Serafim Leite, vêem-no como homem de talento, mas, nas atividades da Companhia, o seu destaque é como administrador e economista. O ser missionário foi legado que ficou para outros, nesta vertente de raciocínio. E o que Vieira expressou, quanto a este aspecto, foi o que se consolidou como vencedor (Azevedo, 1928: 665-670).

VI

A carta de 15 de junho de 1700 está catalogada sob a letra “s” nas referências que sobre Andreoni nos dá Serafim Leite (Leite, 1949: 50).

Em nossa interpretação, está sendo escrita ao término de seu primeiro mandato como Reitor do Real Colégio da Bahia e o intuito de sua redação e estruturação é dar esclarecimentos ao Geral sobre o estado do mesmo Colégio e alguns acontecimentos que o envolvem. O dar contas, aqui, parece-nos também ser fato que está envolvido com denúncias que teriam chegado a Tirso

González, acerca das quais este faz indagações em missiva antecedente.

Por isto, em sua resposta, Andreoni assume atitude didática, elencando as indagações do Geral e apresentando a elas respostas (este procedimento dá-se em toda a carta) por tópicos (cada tópico é um assunto) que chegam ao número de doze. Palmilhando o cotidiano do Colégio, que é, indiscutivelmente, espécie de central à qual convergem assuntos os mais diversos, Andreoni fala, por exemplo, sobre sua amizade com o Governador, a quem recebe em confissão. Trata ainda da administração de aldeias e missões dos Tapuias, sob sua incumbência, quanto ao envio de recursos monetários para manutenções.

Reportando-se aos bastidores de uma administração, fala também sobre compra de escravos para o Colégio, sobre ordenação de sacerdotes, sobre paramentos e exames escolares. Trata, ainda e por fim, de assuntos pessoais que, para o que buscamos, acabam por ser os que mais atraem, porque revelam, em nossa leitura, que, de um modo ou de outro, a contenda entre os grupos divergentes já referidos se mantém, apesar de o ano ser o de 1700.

Foi-se Vieira, é verdade, mas ficam, de fato, os herdeiros de um procedimento que já está quase em vias de institucionalizar-se. A carta em seu sétimo tópico – de todos o mais extenso – encaminha-nos para tal impressão e não menos. É que, nele, Andreoni põe-se a falar da perseguição do Provincial a ele e a outros italianos da casa. Conforme sua expressão, nenhum de seus companheiros parece escapar de seu gênio mau. Ele, menos ainda.

Na circunstância presente, não se pode esquecer que a Província está nas mãos do P.^o Francisco de Matos, o leva-e-traz de Vieira da carta anterior, e, por menos que queiramos tomar partido, os tempos devem ser, de fato, duros para Andreoni e outros.

A grande queixa acaba, no episódio, por ser a parcialidade do Provincial. Contudo, segundo o italiano, ironicamente a falta de cortês docilidade está em seu governo de Reitor e não no de

outros. Equidade para com todos, esta, também, só em suas práticas não aparecem; os outros, em contrapartida, são exemplo vivo dela. Pessoa de difícil acesso é somente ele – Andreoni; os demais são casa da virtude e da acolhida.

A situação não descarta nenhum italiano; nenhum deles passa ileso por ela. Todos bebem do fel do Provincial, até Benci, que é o teólogo do Arcebispo. Outros há que vão (leia-se, “são mandados”) para longe, para o sertão, para aldeias tapuias, cujas línguas ignoram. A diáspora dos italianos, entretanto, não é o problema, pois a quem falta urbana mansidão é ao missivista e não a outros. Debaixo, contudo, desta ponta de mordacidade, fica o jesuíta Andreoni, neste meado de 1700 verdadeiramente acuado, mas tendo de permanecer na Bahia.

VII

Em 1716, Andreoni falece no Real Colégio da Bahia¹⁶. Dos padres estrangeiros que constituíram a oposição a Vieira e acólitos foi o que permaneceu na América Portuguesa. Os demais foram levados pela dispersão desencadeada por Francisco de Matos. Alexandre Perier, Emanuel Santis, Giovanni Bonucci, Jorge Benci, estes e outros foram transferidos, não lhes valendo a argúcia e o poder argumentativo de Andreoni, aquele que fora o articulador mais ativo do grupo¹⁷.

A ida dos companheiros, porém, não é fato que o isole ou lhe tire o poder de expressão. Enquanto Gusmão recolhe-se a Belém da Cachoeira, ele fica no centro administrativo da Ordem e da Colônia e transforma, segundo nossa leitura, esta permanência em acontecimento favorável a si.

Outras vezes, ainda negaceando o decreto real que proibia a estrangeiros o exercício de competências administrativas no interior da Ordem na freguesia de Portugal, voltou a ocupar cargos de importância na hierarquia inaciana: do Real Colégio voltou a ser Reitor, da Ordem foi Provincial do Estado do Brasil. Na ausência de Benci, passou a ser um dos grandes assessores

de D. Sebastião Monteiro de Vide, ajudando-o, ao que tudo indica, a articular e pôr em andamento as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – conjunto de leis que vigeu em nosso meio até para mais de meados do século XIX.

A intimidade com o poder certamente foi o fator que lhe facultou o acesso aos informes que tão bem soube coligir para a escrituração do seu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*¹⁸, livro cujas excelências é escusado dizer.

Já quanto à contenda, a anteriormente vezes e vezes referida, esta, em nossa opinião, arrefece em certos aspectos e, noutros, muda de figura. Seu ponto nevrálgico deixa de ser a empresa missionária. O Andreoni Reitor e Provincial deu mostras (mas não sabemos se coagido pelas circunstâncias) de importar-se com ela. A oposição a Vieira e ao que ele representou dá-se agora nas atividades do Andreoni tradutor. Em tempos de reforço de uma política católica anti-judaica, ele passa para a Língua Portuguesa o *Sinagoga desenganada*¹⁹, do jesuíta Giovanni Pietro Pinamonte, tendo esta tradução sido publicada postumamente, em 1720, a expensas do amigo Arcebispo. Da autoria direta de Andreoni é também o texto introdutório, no qual ele oferece o seu trabalho de tradutor à Inquisição Portuguesa, instituição que Vieira com ardor combatiera e da qual dissera, em sintonia com Castelo Melhor, ser a quarta entidade a assolar todo o Império: “sem ser fome, peste nem guerra, causa calamidades igualmente lastimosas no comum e no particular do reino” (Mota, 2000: 50). Do mesmo parecer, entretanto, não partilhou o jesuíta italiano.

NOTAS

¹Cf. AMBIRES, Juarez Donizete. *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo, no último quartel do século XVII*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2000.

²LEITE, Serafim (S.J.). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vols.). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/I.N.L., 1943/1947.

³A referência, no caso, é a Alexandre de Gusmão que, por duas vezes, será, em fins do século XVII, Provincial da Ordem, no Estado do Brasil.

⁴O mesmo preceito encontra-se no pensamento messiânico de Vieira, que apregoa ser Portugal nação cujos destinos entrelaçam-se aos desígnios de Deus, o que daria ao mesmo Portugal o *status* de sede do Quinto Império ou lugar da *parousia* – os mil anos de felicidade que antecederiam a vinda gloriosa e definitiva do Cristo e período no qual Satanás estaria preso, impossibilitado de alastrar o mal pelo mundo.

⁵Vale lembrar o apoio que o duque de Cadaval e seus acólitos lhe prestaram junto às cortes, para a obtenção do pretendido.

⁶O colégio ao qual nos referimos é o de Belém da Cachoeira (também Seminário), na Bahia, cuja concepção é de Gusmão e o início da construção, 1686.

⁷Como expressão destas linhas de raciocínio, os seguintes escritos fazem-se lembrar: “Exortação I em véspera do Espírito Santo”, “Exortação II em véspera de Visitação”, “Palavra de Deus desempenhada: sermão de ação de graças pelo nascimento do príncipe D. João” e “Palavra do pregador empenhada publicamente no sermão de ação de graças pelo nascimento do príncipe D. João”, todas peças produzidas e proferidas entre 1688 e 1689.

⁸A indagação, Roland a lança, em carta de 15 de janeiro de 1667, ao geral da Ordem. Seu tema, nesta missiva, é (em latim) “Quaestio: Tapuiae et Mediterraeis propius littora adducendi sint ut christianis iniciantur sacris, an non?”

⁹*Clavis prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam regni Christi in terris consummati intelligentiam assequendam*. É também escrito aparentado a outros de Vieira; seriam estes *Portugal quinto império do mundo* e *História do futuro*.

¹⁰Por duas vezes Andreoni foi Reitor do Real Colégio da Bahia; a segunda delas é em 1709. Ele esteve no cargo, portanto, antes e depois de ser Provincial (junho de 1706 a junho de 1709).

¹¹Cf. LEITE, Serafim (S.J.). *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993, p. 18. À página 225 do escrito em questão, o autor ainda dirá que “a epistolografia dos jesuítas é acervo de incalculável importância para os mais diversos assuntos, não apenas da Companhia, nem

apenas históricos, mas também para as chamadas Ciências do Homem; e em geral, quando se conservam originais ou autógrafas, as cartas assumem a categoria de fontes primárias”.

¹²Quanto aos aspectos desta admiração, parece-nos importante não esquecer que é González quem reabilita Vieira do voto de silêncio que Andreoni conseguira impor ao missionário, quando, na Bahia, abriram-se, pouco antes de 1694, as discussões internas à Ordem quanto à solicitação paulista de administração direta do índio. A reabilitação ou, ainda, o desagravo do Geral para Vieira, este só chega ao Brasil após a morte do sermonista. Alfredo Bosi faz menção a Oliva como o autor deste documento, mas acreditamos equivocada sua afirmação. Quando a acusação a Vieira de aliciamento o leva ao castigo do voto, González já é o Padre Geral há bem seis anos. Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 152.

¹³Pelo que nos consta, quem transcreveu e traduziu tanto a carta em causa como a que abordaremos na parte seguinte (obtidas por Márcia Pinna Raspante) foi Frei Oscar de Figueiredo Lustosa – dominicano que gentilmente nos acolheu para entrevista em sua residência, que é em paróquia nas Perdizes.

¹⁴O termo não deve sugerir ao leitor a idéia de brasilidade e outros termos estariam, no momento em questão, mais em voga, parece-nos, que “brasílicos”. Os nomes circunscritos a geografias mais específicas redundam mais neste episódio histórico, em nossa opinião. Seriam os casos, por exemplo, de “baiano” e “paulista”, termo este (o último) que, na afirmação de Boxer, Vieira ajudou a popularizar e, por conseguinte, chegar à posteridade. Cf. BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973, p. 38.

¹⁵Há, ao menos, três outras cartas suas desenvolvidas sobre o tema mencionado. Falamos das de 12 de junho de 1693, 15 de julho de 1693 e 28 de maio de 1695, escritos elencados sob as letras “k”, “l” e “m” por Serafim Leite, na apresentação que faz do trabalho missivista de Andreoni. Cf. LEITE, Serafim (S.J.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VIII. Rio de Janeiro: I.N.L., 1949, p. 49.

¹⁶Quanto a Andreoni e sua vida, uma leitura seria o estudo introdutório à edição de *Cultura e opulência* organizada por Alice P. Canabrava. Cf. ANTONIL, André João (pseud.). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

¹⁷Do grupo, segundo Serafim Leite, fazem parte padres alemães. Destes, contudo, não encontramos indicações de nomes. Cf. LEITE, Serafim (S.J.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VIII. Rio de Janeiro: I.N.L., 1949, p. 45.

¹⁸Dentre as edições de *Cultura e opulência*, julgamos como a mais viável para leitura

a organizada pelo crítico Andrée Mansuy. Cf. ANTONIL, André João (pseud.). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Diniz e Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, 491p.

¹⁹A obra de Pinamonte é de 1694 e seu título original, *La Sinagoga disingannata, ovvero ma facile a mostrare a qualunque ebreo la falsità della sua setta e la verità della legge cristiana*. Encontramos o texto em italiano e a tradução de Andreoni na Biblioteca Pública de Évora.

REFERÊNCIAS

I. Dissertações e livros

AMBIRES, Juarez Donizete. *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo, no último quartel do século XVII*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000, 218 p.

AZEVEDO, João Lúcio (org.). *Cartas do P.^e Antônio Vieira*, tomo III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, 690 p.

_____. *História de Antônio Vieira*, vol. II. Lisboa: Editora Clássica, 1992, 282 p.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 404 p.

BOXER, Charles. *Salvador e Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973, 380 p.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). *História da Igreja no Brasil*, tomo II-1. Rio de Janeiro: Vozes/Paulinas, 1992, 442 p.

LEITE, Serafim (S.J.). *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993, 293 p.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vols. VI e VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/I.N.L., 1947 e 1949, 500 p. e 489 p.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2000, 419 p.

SOUZA, Laura de Melo e. *1680-1720: O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 121 p.

II. Artigos

PIRES, Maria Lúcia Gonçalves. O protótipo do missionário em textos de Vieira. *Revista Oceanos*, n.ºs 30/31, abr./set. 1997, pp. 25-32.

POMPA, Cristina. O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. *Revista Novos Estudos* (Cebrap), n.º 64, nov. 2002, pp. 83-95.

RODRIGUES, Francisco (S.J.). O P.º Antônio Vieira: Contradições e aplausos à luz de documentação inédita. *Revista de História*, vol. 11, 1992, pp. 81-115.

VIOTTI, Hélio Abranches (S.J.). “Inácio de Loyola, o evangelizador” e “Santo Inácio de Loyola e a evangelização do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. LXXXVI, s/d.